

Folha Bancária

Sindicato dos Bancários
e Financeiros de São Paulo, Orçamento e Região **CUT**

São Paulo
6 a 12 de junho de 2018
número 6.148



TEM DE SER RESGATADA E FORTALECIDA

Brasil, que já passou por períodos de exceção, volta a sofrer um golpe. Sindicato reforça que momento é de defender nossa frágil democracia e de ir às ruas e às urnas contra os retrocessos

Um olhar panorâmico sobre a história do Brasil revela uma amarga constatação: nossa frágil democracia – interrompida por vários períodos de exceção, como a ditadura civil militar (1964 e 1985) –, volta a ser ameaçada. O golpe de 2016, disfarçado de impeachment, e que se propunha a ser “uma ponte para o futuro”, resultou em enormes retrocessos para trabalhadores e população em geral (veja nas páginas 2 e 3), com altos índices de desemprego, perda de direitos, redução do poder de compra das famílias, aumento das desigualdades sociais e desmonte do patrimônio nacional.

A presidenta do Sindicato, Ivone Silva, destaca que o desrespeito à eleição de 2014 (Dilma Rousseff ganhou com

54 milhões de votos) só foi possível com a ajuda de um Poder Legislativo que, apesar de também ter sido escolhido nas urnas, não representa de forma alguma a sociedade brasileira. “É um contrassenso, mas em 2014 o Brasil elegeu o Congresso Nacional mais conservador e elitista do período de redemocratização. Para ser ter uma ideia, os empresários são apenas 2% da população brasileira, mas são 42% dos deputados federais e senadores. Já os trabalhadores, que são a imensa maioria dos brasileiros, são representados por apenas 10% dos parlamentares”, destaca Ivone, citando dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

O resultado disso? Um Legislativo que não apenas promoveu o golpe co-

mo continua votando contra a sociedade brasileira. “A reforma trabalhista, por exemplo, é um desmonte dos nossos direitos e foi feita para defender os lucros de empresários, banqueiros, ruralistas, cujos interesses estão muito bem representados no Congresso.”

Para a dirigente, a saída é o fortalecimento da nossa frágil democracia. “Os trabalhadores e a maioria da população já se deram conta do que significou o golpe: cortes em saúde, educação, em programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, desmonte da Caixa e do Banco do Brasil, alta no preço dos combustíveis, ameaças à aposentadoria, desemprego, aumento da população de rua. Agora o momento é de resistência e de valorização do voto, com a eleição

de representantes alinhados com um projeto de país democrático e popular.”

Ivone lembra que a categoria bancária está iniciando sua Campanha em meio ao desmonte trabalhista promovido pela reforma de Temer. “Nesse contexto, onde não temos mais nem a garantia da nossa CCT após 31 de agosto (a nova lei trabalhista acabou com o princípio da ultratividade que garantia a validade de um acordo até a assinatura de outro), vamos defender a manutenção de direitos conquistados em décadas, mas também vamos lutar por nossa democracia, inclusive pela realização de eleições, que também correm risco com o golpe. A classe trabalhadora tem de sair fortalecida das urnas em outubro deste ano”, reforça. ✪

AO LEITOR

FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Historicamente, sabemos que todos ganham com o fortalecimento da democracia e a oportunidade de organização e participação plena na vida política, econômica e cultural.

Não podemos aceitar que os trabalhadores sejam atacados e seus direitos retirados.

O desmonte trabalhista pautado e aprovado no gover-

no Temer tem um objetivo claro: reduzir drasticamente o poder da regulação pública do trabalho. Em outras palavras, o que a reforma trabalhista fez foi retirar do jogo o Estado e os sindicatos e deixar o trabalhador abandonado à própria sorte na definição de suas condições de trabalho. Os defensores do desmonte parecem imaginar que um caixa de banco, por exemplo, é capaz de sentar à mesa de negociação com o Itaú ou com o Bradesco em

igualdade de força e condições. Na verdade, há uma gigantesca desproporção nessa negociação e o resultado final será muito ruim para o trabalhador.

Todas as categorias precisam se unir com suas entidades de classe. Vamos escolher bem nossos representantes, pelo voto, de forma democrática. O povo e a classe trabalhadora são a maioria e a nossa união só nos fortalece!

Ivone Silva
Presidenta do Sindicato

2 ANOS DO GOLPE

A população brasileira está sentindo na pele o significado da ruptura da ordem democrática. Com a ascensão de Michel Temer ao poder, um projeto de governo caracterizado pelo desinvestimento público e sem qualquer respaldo popular passou a ser imposto à sociedade com apoio de um Congresso Nacional dominado por representantes da elite predatória que caracteriza o Brasil. O resultado é a crise econômica sem fim e a avalanche de retrocessos que assola o país desde 2016

GERAÇÃO CONDENADA

A aprovação da Emenda Constitucional 95 irá impor o congelamento dos investimentos em áreas como educação e saúde até 2037. O resultado disso já pode ser sentido. A extrema pobreza no Brasil aumentou 11% em 2017, segundo relatório divulgado pelo IBGE. No início de 2017, 13,3 milhões de pessoas viviam em pobreza extrema; no final do mesmo ano, já eram 14,83 milhões. Estudo da Fiocruz aponta que até 2030, mais de 19 mil mortes de crianças poderiam ser evitadas sem o chamado "teto dos gastos".



BANCOS PÚBLICOS SOB ATAQUE



Banco do Brasil, Caixa e BNDES foram instrumentos de desenvolvimento econômico nos últimos governos, mas sob o comando de Michel Temer passaram a adotar a lógica de mercado dos bancos privados. Acabou o crédito subsidiado do BNDES, que já teve de repassar ao Tesouro R\$ 130 bilhões que poderiam servir para fomentar a economia. Centenas de agências da Caixa e BB foram fechadas e milhares de postos de trabalho eliminados em ambos os bancos. Desde 2016 foram investidos R\$ 17 bilhões a menos somente no Minha Casa Minha Vida, operacionalizado pela Caixa. O setor da construção civil é um dos que mais gera empregos para a população de baixa escolaridade. Isso significa menos investimento social, aumento do desemprego, da carência por habitação popular e da pobreza. Também afeta toda a cadeia produtiva e resulta em prejuízo para as empresas do setor.

DESEMPREGO

Segundo o IBGE, o número de desempregados no Brasil nos três primeiros meses de 2018 foi de 13,7 milhões de pessoas. Isso representa alta de 11,2% em relação ao quarto trimestre de 2017. Se forem contabilizados os trabalhadores subutilizados (grupo que reúne pessoas que poderiam trabalhar, mas estão desocupadas, e aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais) faltaria trabalho para 26,4 milhões de brasileiros no 4º trimestre de 2017, segundo o IBGE.



PETROBRAS E O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



Desde o golpe, houve 216 reajustes nos preços da gasolina e do diesel. Nos governos anteriores, em mais de 13 anos (2003 a 2016), foram apenas 15 reajustes, inclusive rebaixando o valor. Há alguns anos, o Brasil era quase autossuficiente na produção de gasolina. Hoje o país tem de importar mais de 60% do combustível, estando sujeito aos preços praticados no mercado internacional e por isso os preços não param de subir. A Noruega possui empresa estatal de petróleo (Statoil) e destina o resultado da produção a um fundo soberano para garantir o futuro das próximas gerações. Empresas estrangeiras pagam altos impostos para explorar petróleo no país nórdico com o Índice de Desenvolvimento Humano mais alto do mundo.

VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO VS GOLPE

Os três grandes movimentos golpistas do século XX foram antecedidos por processos de valorização do salário. Em 1º de maio de 1954, Getúlio Vargas anunciou aumento de 100% do salário mínimo. Foi o gatilho da reação civil-militar que resultou no seu suicídio. Em fevereiro de 1964, o presidente João Goulart aumentou o salário mínimo novamente em 100%. No ano anterior, já havia concedido reajuste de 56%. Veio então o golpe, que impôs 21 anos de ditadura no país. Du-



rante o regime militar, o salário mínimo perdeu mais de 50% do seu valor real. A terceira ruptura democrática ocorreu em 2016. Durante os 13 anos dos governos de Lula e Dilma, o salário mínimo acumulou valorização real de 77%, contribuindo para a recuperação do poder de compra dos trabalhadores e para uma redução da desigualdade social.

FIM DOS DIREITOS TRABALHISTAS



O governo Temer vendeu a reforma trabalhista que aniquilou diversos direitos garantidos pela antiga legislação como a tábua de salvação para a retomada do mercado de trabalho. Mas o que se viu desde a aprovação da nova lei, em novembro de 2017, foi a queda dos contratos com carteira assinada. De lá pra cá, foram fechadas 305 mil vagas com carteira assinada.

A Lei atual só se mostrou boa mesmo para os patrões, que agora podem terceirizar todos os empregados e contratar apenas por hora trabalhada (trabalho intermitente), terão mais facilidade para se livrar de processos trabalhistas, e poderão anular as garantias dos acordos coletivos a partir da data base (o chamado fim da ultratividade).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sob pressão popular e envolvimento em escândalos de corrupção, o governo Temer adiou a votação da reforma da Previdência (PEC 287), que dificultará o direito à aposentadoria e irá rebaixar os valores das pensões. Tudo isso sob o falacioso argumento do combate aos privilégios, já que grandes empresas continuam sem pagar dívidas e ganham isenções de impostos que poderiam financiar o sistema previdenciário. Agora querem passar a conta para a população, e se um governo favorável aos trabalhadores não for eleito, esse debate certamente voltará à agenda do Congresso Nacional em 2019.



"AH, NA DITADURA NÃO TINHA CORRUPÇÃO!" SERÁ MESMO?

Muitas pessoas desejam "intervenção militar" por acreditarem que durante a ditadura (1964-1985) o país era livre de corrupção. Mas os desvios durante aquela época foram numerosos. E o que é pior: havia poucos instrumentos de controle e fiscalização – como Ministério Público Federal independente ou imprensa livre – diferentemente do que ocorre no período democrático.

Para citar apenas alguns: documentos do governo britânico divulgados pela Folha de S. Paulo em 1º de junho revelam que em vez de permitir e ajudar no

inquérito que seria do interesse do Brasil, a ditadura militar abafou apuração de corrupção ao abrir mão de indenização no valor de R\$ 15 milhões em valores atuais na compra superfaturada de fragatas (navios de guerra) durante mandatos de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979).

Segundo o historiador Pedro Henrique Campos, o pagamento de propinas a agentes do Estado se consolidou durante a ditadura militar.

Delfim Netto, ministro de Estado durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici, foi acu-

sado de beneficiar a empreiteira Camargo Corrêa a ganhar a concorrência da construção da hidrelétrica de Água Vermelha (MG). Anos depois, Delfim Netto foi acusado de desviar recursos públicos ao empresário Assis Paim, dono do grupo Coroa-Brastel.

A Capemi (Caixa de Pecúlio dos Militares), empresa dirigida por militares, foi beneficiada na concorrência para explorar madeira no Pará – pelo menos 10 milhões de dólares teriam sido desviados em benefício de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do regime.



MAIS

BRADESCO: RESPEITE PCDS

Após demitir bancários com deficiência, o Sindicato cobrou resposta do Bradesco. Em reunião, representantes da empresa afirmaram que as dispensas foram pontuais e justificadas, e que as vagas abertas serão ocupadas por pessoas com deficiência (PCD).

Na reunião, em 18 de maio, o banco também afirmou que a lei de cotas para PCDs está sendo cumprida. "Esperamos que uma empresa tão lucrativa de fato respeite a lei", diz o dirigente sindical Alexandre Bertazzo.

Ele acrescenta que bancários podem e devem denunciar desrespeitos como este ou outros ao Sindicato (3188-5200 ou WhatsApp: 11 97593-7749). O sigilo é garantido.

Leia íntegra no bit.ly/BradescoPCD.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE SINDICAL DE BASE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL S/A

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, por sua Presidente, comunica a todos os empregados do Banco do Brasil S/A, dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cauaia do Alto, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapicirica da Serra, Itapevi, Jandira, Jaqueira, Pinheira do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, a abertura do processo eleitoral para delegado sindical do Banco do Brasil S/A, em conformidade com os termos ajustados em acordo celebrado entre o Banco e a Central, Federação e Sindicatos.

* A eleição considerará a quantidade de funcionários da base sindical, limitado a 01 (um) por agrupamento de 80 (oitenta) funcionários do Banco, que serão distribuídos em cada uma das regiões do Sindicato da seguinte forma: Norte (até 13); Sul (até 22); Oeste (até 17); Leste (até 25); Centro (até 50); Osasco (até 18) e Paulista (até 30), nos termos do parágrafo 1º, do artigo 2º, do Anexo ao Ato de ACT 2016/2018, que considera a lotação de cada dependência para a realização do processo eleitoral;

* Nos prefixos, com lotação superior a 300 (trezentos) funcionários, será observado o limite de até 03 (três) representantes, buscando garantir representação para cada localidade, em caso de prefixos espalhados geograficamente;

* Nos PSDs, será considerado limite para a quantidade de representantes a fração de 01 (um) para cada 50 (cinquenta) funcionários do prefixo PSD ao qual o candidato está vinculado, e um representante em unidades com menor lotação.

* As fichas de inscrição deverão ser entregues pessoalmente pelo candidato a um diretor ou funcionário do Sindicato;

* Para ser candidato, o funcionário deverá ser associado ao Sindicato, estar lotado na dependência para cuja representação se candidata, respeitando-se ainda a região, em caso de estar apartada fisicamente de prédio diverso do funcionamento da dependência de lotação;

* Na hipótese de eleição de delegados em número superior ao permitido regionalmente, será realizado o processo eleitoral apenas nas agências com a maior lotação de funcionários;

* Em caso de empate na apuração dos votos de uma dependência, se utilizará a conjugação do maior tempo de associação ao Sindicato com o tempo de vínculo empregatício com o Banco, considerado, inclusive, o período trabalhado em bancos incorporados da seguinte forma: Sendo A o tempo de associação ao Sindicato e B o tempo do vínculo empregatício, temos: (2 x A) + B. Em caso de empate, será eleito aquele com o maior tempo de vínculo empregatício.

* O Regulamento encontra-se disponível na Sede do Sindicato e em suas Regiões;

* O seguinte cronograma deverá ser verificado:

- a) Inscrição: de 06/06/2018 a 10/06/2018;
b) Eleição: de 20/06/2018 a 04/07/2018, nas respectivas dependências do Banco do Brasil S/A;
c) O Mandato será de 09 de julho de 2018 a 08 de junho de 2019.

São Paulo, 6 de junho de 2018
Ivone Maria da Silva
Presidente

CONFERENCIA NACIONAL

Campanha 2018 está começando

Bancários de todo o país debaterão estratégias de luta e aprovarão pauta de reivindicações nos dias 8, 9 e 10

A Campanha dos Bancários já vai começar. Nos dias 8, 9 e 10 de junho, na capital paulista, bancários de todo o país debaterão estratégias de luta e aprovarão a pauta de reivindicações da categoria, a ser entregue à Fenaban (fe-

deração dos bancos).

A presidenta do Sindicato lembra que esta será a primeira campanha após a nova lei trabalhista, que retira direitos. "Portanto, temos de estar mobilizados para defender a nossa CCT. Os bancos, com lucros cada vez maiores, não têm nenhuma justificativa para descumprir direitos."

Nos dias 7 e 8, trabalhadores também realizam encontros de bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander), o 34º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa) e



CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2018

o 29º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, para discutir questões de cada banco. Acompanhe pelo www.spbancarios.com.br. ✨

SANTANDER

Não às demissões!

Lucro bilionário permite que banco melhore as condições de trabalho dos funcionários

Mesmo com um lucro de cerca de R\$ 10 bilhões em 2017, mais de 500 bancários foram demitidos no Santander nos primeiros cinco meses deste ano. Além disso, as condições de trabalho pioram, com cobranças de metas abusivas e sobrecarga. Por isso, nas últimas semanas, os bancários, com o Sindicato, realizaram atos na Torre, Casa 1 e 3, agências e no Vila Santander, alvos

destas demissões.

"A pergunta é: o que está acontecendo? Queremos que o banco negocie com o Sindicato para encontrarmos soluções. O maior lucro do banco sai justamente do Brasil. Diante disso, a direção do Santander pode perfeitamente melhorar as condições de trabalho dos seus funcionários e cessar as demissões!", enfatiza. ✨

✨ bit.ly/Santanderdemite

BANCO DO BRASIL

Cassi: sem negociação

Em uma medida arbitrária, o BB rompeu com a mesa de negociação da Cassi. Sem respeitar o rito negocial, foi apresentada à diretoria executiva da Cassi uma nova proposta que não foi discutida com as entidades dos trabalhadores. Segundo comunicado oficial do banco, as discussões agora se darão apenas na Governança da Cassi.

O texto prevê aumento na coparticipação em exames e consultas, onerando ainda mais o participante. Leia no bit.ly/CassiMesaRompid. ✨

CAIXA

Represente seus colegas

Começou na quarta 30 a inscrição de candidatos para a eleição de delegados sindicais da Caixa. Os interessados têm até o dia 19 de junho para se inscrever no pleito, que acontece entre 25 de junho e 6 de julho nas unidades.

Suas atribuições são, entre outras, encaminhar ao Sindicato e aos gestores as reivindicações dos empregados, representar o Sindicato junto aos colegas da unidade e vice versa.

Leia mais: bit.ly/EleicaoDelegadoSindical. ✨